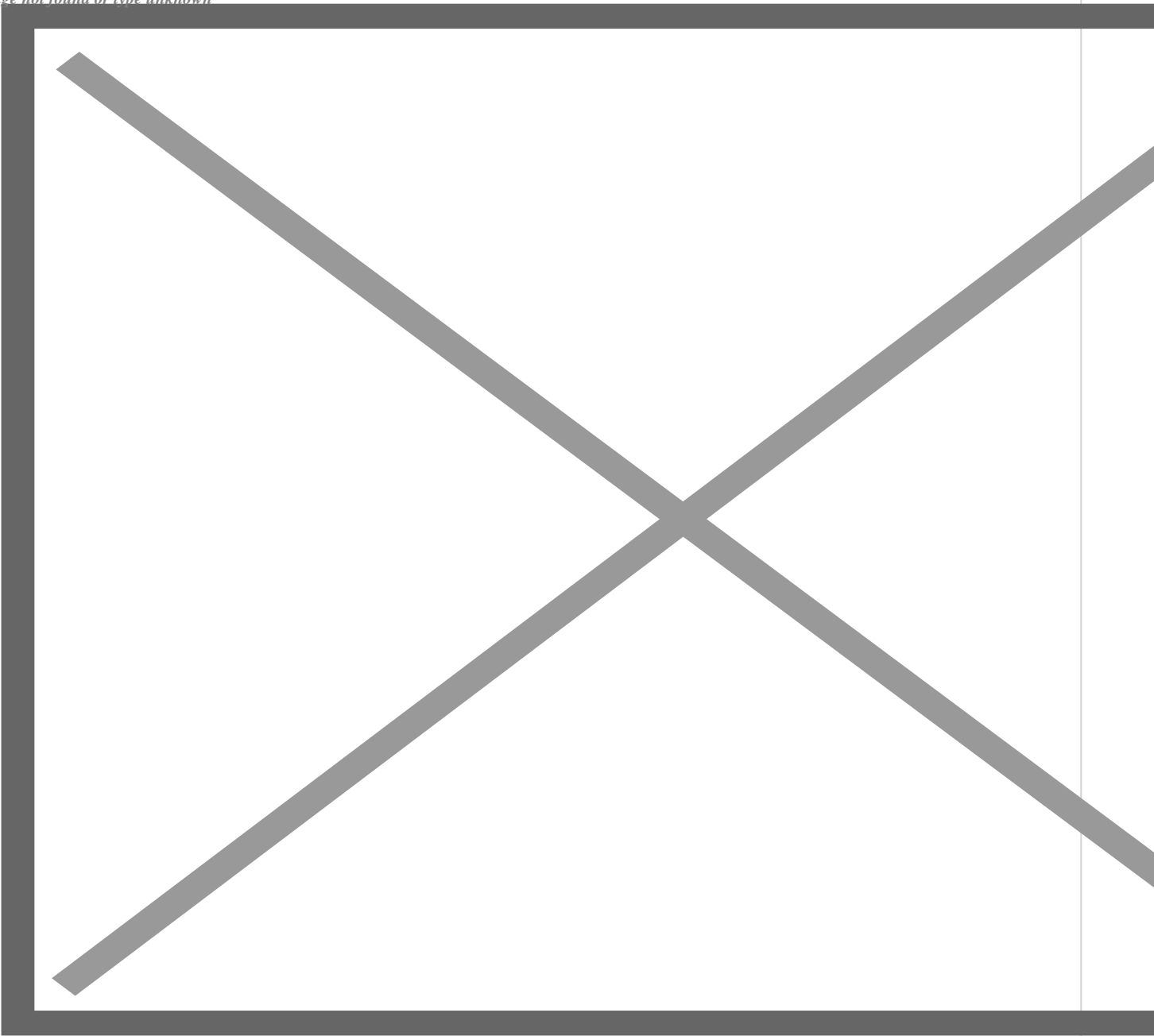


Os estragos da mineração ilegal no Equador

Image not found or type unknown



Nos últimos anos, a mineração ilegal se espalhou pela América Latina e se tornou outra causa da destruição da Amazônia. Desmatamento, perda de ecossistemas e poluição de águas, solos e atmosfera são alguns de seus impactos colocando em risco a saúde dos moradores locais, especialmente indígenas.

No chamado pulmão do planeta há mais de dois mil pontos de extração não autorizada e uns 30 rios, onde se realiza essa atividade e que servem de caminho para a entrada de maquinarias e saída de minérios.

Napo, uma das 24 províncias do Equador, situada na região amazônica, é uma das mais castigadas. Só entre o mês de outubro de 2021 e janeiro passado, a mineração ilegal invadiu 70 hectares da margem esquerda do rio Jatunyacu, e secou boa parte do rio Yutzupino, onde a mineração ilegal tinha começado faz cinco anos.

A presença de cobre, ferro, manganês, chumbo e zinco nos afluentes superam em até 500 por cento os limites permitidos. Esses metais pesados se transferem aos seres humanos através da cadeia trófica ou de alimentos.

As insistentes denúncias feitas nas últimas semanas obrigaram as forças militares a realizarem uma operação em Yutzupino, foram confiscadas centenas de escavadoras e equipamentos de extração de ouro e outros minérios.

Levando em conta a delicada situação, organizações indígenas de Napo declararam estado de emergência na província. A região amazônica do Equador, assinalaram, permanecerá em constante mobilização.

Zenaida Yasacama, vice-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador – CONAIE- denunciou que a extração de minérios continua em Napo, apesar de o governo ter baixado decreto de suspensão temporária.

A verdade é que as denúncias dos habitantes prejudicados foram simplesmente ignoradas, há muitos interesses pelo meio. Por isso, os indígenas exigem o fim da impunidade, que sejam investigadas as autoridades locais, os juízes e os promotores por irregularidades nos processos judiciais contra essa atividade ilegal.

Ademais, pedem um diagnóstico completo da saúde dos habitantes das comunidades assentadas nas margens dos rios por possíveis doenças causadas pela poluição ambiental.

A Constituição equatoriana, aprovada em 2008, durante o governo do então presidente Rafael Correa, assinala que as províncias amazônicas fazem parte de um ecossistema necessário para o equilíbrio ambiental do planeta.

Não obstante, a realidade é outra. Não houve resposta apropriada e rápida contra a mineração ilegal, que também fez com que a região se tornasse um espaço de violência e insegurança para seus moradores.

A política do governo do presidente Guillermo Lasso de expandir a mineração rapidamente na Amazônia também traz consigo o aumento da atividade ilegal, segundo denunciaram diferentes organizações.

As comunidades indígenas defendem seu direito de viver em um lugar protegido e saudável, sendo esta sua relação diária com o meio ambiente, que constitui uma lição para muitos que teimam em destruir

nosso planeta por dinheiro.

<https://www.radiohc.cu/index.php/pt/especiales/comentarios/286941-os-estragos-da-mineracao-ilegal-no-equador>



Radio Habana Cuba